

Mal-Estar na Cidade: ordem e contra-ordem espacial na cultura do amedrontamento

Marcus Rosa Soares

Fabio Tadeu de Macedo Santana

1. O medo primordial

É provável que nunca na história da humanidade tenha se sentido tanto medo como nos dias atuais. Essa frase, sugerida por Barry Glassner¹, indica o papel regulador que o sentimento de medo tem desempenhado nas orientações das políticas contemporâneas.

É impossível deixar de manter um convívio de intimidade profunda e irrefutável com essa emoção. Assim, aventar a hipótese dele prescindir não fez e não pode deixar de fazer parte das aventuras mundanas da espécie humana. O medo não só é nosso companheiro inevitável e inseparável como a sua companhia é garantia da nossa sobrevivência física desde o início do nosso percurso histórico e evolutivo. A qualidade e a importância do medo para a humanidade não se trata de uma mera questão de sobrevivência individual, mas de sobrevivência da espécie como um todo.

Assim, é impossível especular a hipótese de a humanidade prescindir de uma qualidade que é inerente ao conjunto de suas emoções. Mesmo se tratando da única espécie animal, dotada da capacidade de raciocínio, nós, seres humanos, somos, em grande parte, movidos por nossas emoções. E mais, a fronteira entre o racional e o emocional é separada por uma linha divisória extremamente tênue. Os homens e as mulheres são seres dotados, por excelência, de um conjunto de emoções que compõem a sua condição existencial. E do amplo leque das emoções componentes

¹ GLASSNER, B. (2003): Cultura do medo: por que tememos cada vez mais o que devíamos temer cada vez menos. São Paulo: Francis.

da condição humana o medo desempenha uma função crucial, a ponto de podermos considerá-lo como uma das mais importantes emoções humanas.

Por ser uma emoção o medo não é uma experiência que se obtém de modo passivo, fora de qualquer controle e que independe de nós.

O medo pode ser definido, conforme sugere Jean Delumeau² (p. 39), como uma emoção-choque, freqüentemente precedida de uma surpresa, esta provocada pela consciência de um perigo iminente ou presente. A resposta do organismo se dá por comportamentos somáticos e alterações endócrinas que podem ser muito contrastantes dependendo das pessoas e das circunstâncias: aceleração ou diminuição do ritmo cardíaco, respiração muito rápida ou muito lenta, contração ou dilatação dos vasos sanguíneos, aumento ou diminuição da secreção das glândulas, paralisação ou exteriorização violenta e, no limite, inibição ou, ao contrário, movimentos desconexos ou atabalhoados.

O medo pode ser entendido tanto como uma emoção positiva quanto negativa. Positiva quando nos alerta diante de uma situação de risco e de perigo, nos precavendo, nos orientando e até mesmo nos resguardando contra males de magnitudes variáveis, inclusive salvando-nos a vida. Contudo, o medo pode ser considerado um sentimento negativo que é engendrado não por alguma coisa ligada ao presente, como uma doença, por exemplo, mas por alguma coisa ligada ao futuro.

Não faz parte do repertório emocional humano uma valentia absoluta. O mais valente dos homens e das mulheres tem abrigado no seu íntimo o medo. Desse modo, podemos comparar o sentimento de medo a uma condição vital à condição existencial humana assim como a necessidade de nos alimentarmos e de ingerirmos água, por exemplo. Atos cotidianos sem os quais a sobrevivência é impossível.

Todos os homens e mulheres temem e diversas são as motivações do medo. Entretanto, o medo primordial e transcendente é sem dúvida o medo da morte. Mas, outros fatores também causam medo: a violência, as guerras, as doenças, o terror, o outro, o que é conhecido e, destacadamente, o que é desconhecido. O que tende a variar é a intensidade e as gradações de acordo com determinadas especificidades temporais, espaciais, econômicas, políticas e culturais. Cada sociedade, considerando tais especificidades, possui um amplo leque, quase infinito, de perigos

² DELUMEAU, J. (2007): Medos de ontem e de hoje. In: NOVAES, A. (Org.): Ensaios sobre o medo. São Paulo: Editora Senac São Paulo: Edições Sesc SP.

a escolher. O que as distingue umas das outras são os tipos e a quantidade de escolhas. A seleção das escolhas que engendram os perigos ocorre por importância específica, ou porque ameaçam os princípios morais que constituem a base da sociedade, ou porque permitem condenar grupos e instituições vistos com maus olhos. Ao se eleger os fatores que motivam o medo no seio de uma sociedade, isto é, os riscos e os perigos, esses não são selecionados com base numa neutralidade valorativa que tem por base exclusivamente findar as ameaças reais.

O medo é uma espécie de sinal de alerta que dispara quando nos deparamos diante de uma situação de risco ou de perigo eminente. Quando tais situações tendem a se apresentar a tendência de fuga se manifesta com uma virulência impressionante. A fuga frequentemente é o recurso utilizado que permite a superação da situação de perigo, ainda que provisoriamente. Mas, a ação fugitiva produzida pelo medo, que evita que o sofrimento diante do perigo aconteça, pode ter uma outra reação: impede o enfrentamento das situações que engendram os conflitos geradores do medo. Portanto, a fuga não necessariamente é a estratégia mais eficaz para lidar com o medo. Deste modo, o medo pode também preparar o terreno para o combate, quando numa situação-limite ou extrema sua superação exige que se adote tal ação. De uma condição fomentadora de paralisia no tocante ao enfrentamento do perigo que conduz à fuga o medo pode, também, potencializar condições para uma eventual ação transformadora.

2. O medo na tradição ocidental

A análise do percurso do medo na tradição ocidental é crucial para apreender como essa emoção sofreu modificações ao longo dos tempos e quais motivações as engendraram. Esse itinerário analítico é importante, pois permite balizar que cada sociedade tende a forjar e a selecionar suas próprias concepções de medo. Não obstante, esse percurso permite que se empreenda uma análise comparativa com os medos e os mal-estares contemporâneos.

Para Delumeau (1989)³ na Grécia antiga a personificação das paixões humanas, o medo inclusive, era uma condição regida e imposta pelos deuses. O medo – assim como os outros sentimentos humanos – seria a expressão de uma força divina na arquitetura simbólica dos gregos antigos.

³ DELUMEAU, J., op., cit.

No caso específico do medo, este sentimento era concebido como um atributo punitivo dos deuses. Os gregos buscavam estabelecer uma relação de harmonia com *Deímos* e *Phóbus* sempre com a finalidade de mitigar a fúria deles.

Os gregos antigos reconheciam o medo como um sentimento exterior a eles e que desempenhava um papel decisivo no seu destino, em um sentido individual e coletivo. O medo independia de suas vontades. Ele não só estava acima como fora deles e que, ainda, poderia lhes ser projetado pelos deuses. Assim, em tempos de guerra, as oferendas visavam não somente afastar a possibilidade de *Deimos* e *Phóbus* direcionar sua fúria sobre eles, mas também em transferir a ação aterrorizante para seus inimigos, fragilizando-os nas eventuais batalhas. A coragem proporcionada pela ausência do medo e a convicção de que este estava abrigado no íntimo dos oponentes constituíram atributos que condicionaram as epopéias e as muitas batalhas reais desencadeadas pelos gregos antigos.

Essa condição do medo exteriorizado seria modificada com o advento da cristandade, ou melhor, pela Igreja Católica que através de seus pensadores forjou durante a Idade Média a crença segundo a qual o medo se interioriza ancorado na sensação da vigilância onipresente e onipotente de Deus. A interiorização das emoções durante a Idade Média está consubstanciada ao papel e à importância que o cristianismo assumiu na estruturação da vida social na mentalidade da época (Delumeau, 1989).

O processo de interiorização do medo terá na teologia dos primórdios da institucionalização do cristianismo o seu arcabouço teórico estruturante⁴. A transformação do pecado como algo inerente à humanidade é lançada num jogo no qual a tênue fronteira entre o bem e o mal tem o corpo como território demarcador. O temor do purgatório e, mais ainda, do inferno só poderia ser evitado pela expiação dos pecados. O jogo conflituoso entre o bem e o mal jogava uma exacerbada responsabilidade a cada um no tocante ao “controle de suas emoções”. A vida regrada dentro das normas morais estabelecidas pela Igreja e a expiação dos pecados cometidos é que poderiam garantir a ida ao paraíso e a preparação individual para o dia do Juízo Final, afastando de forma definitiva a sombria e agonizante vida eterna no inferno. A opção da vida eterna no paraíso ou no inferno era responsabilidade individual que dependia do controle das emoções, das paixões

⁴ SANTOS, L. O. dos. op. cit.

e, em destaque, da exacerbada repressão à sexualidade. O medo da transgressão moral e religiosa serviu como o grande regulador dos comportamentos individuais e coletivos. “o medo do inferno, o medo da condenação eterna tinha relação com o encontro ou não com Deus, tudo passando por uma introspecção, pela procura da pureza, de combate ao pecado, que voltava o olhar para o interior do sujeito”⁵.

Não faltaram bodes expiatórios em que a imagem demoníaca tivesse sido focalizada e representada. Esse atributo foi conferido, preferencialmente, aos indivíduos que dispunham de qualidades que demarcavam sua diferença no tocante aos padrões comportamentais e culturais instituídos pela Igreja.

3. Medo e mal-estar na contemporaneidade

O medo que se observa atualmente nas sociedades contemporâneas adquiriu uma magnitude que permite a identificação de aspectos que o diferencia de modo significativo e inequívoco das épocas anteriores aqui mencionadas. Podemos identificar três fontes geradoras que estão na origem do medo e, por conseguinte, do mal-estar contemporâneo: a diversidade, a desigualdade e a incerteza (Bru & Vicente, 2005).

A diversidade é o aspecto da diferença étnica, sexual e religiosa. E a diversidade faz das cidades o espaço geográfico por excelência de análise no sentido de apurar as suas manifestações, já que nelas há uma convivência, conflituosa ou não, de uma gama variada de diferenças. O desconhecimento recíproco entre os sujeitos diversos ou os diferentes usos do espaço e do tempo de cada um deles, que se vêem obrigados a conviver nos contextos urbanos, geram os receios e, em casos extremos, conflitos. A isto se funde um imaginário coletivo que gera, em alguns casos, estereótipos que identificam o outro de modo pejorativo. Isto contribui para que se construa uma cultura da insegurança e do amedrontamento facilitando a instalação do medo em relação ao outro. A diversidade quando não reconhecida reciprocamente entre pessoas e grupos sociais tende a conduzir à intolerância. Deste modo, o medo do outro tem na intolerância uma companheira fiel na sua produção e reprodução e, por conseguinte, na construção de estratégias e ações que se vale de técnicas de defesa e combate da ordem sócio-espacial do grupo ameaçado que frequentemente tem um forte apelo em atos de violência, cuja

⁵ SANTOS, L. O. dos. op. cit. p. 52.

gradação depende da potencialidade da ameaça (real ou não) representada pelo oponente.

A desigualdade está materializada nas condições em que a distribuição da renda socialmente produzida ocorre de modo dessemelhante, gerando formas também dessemelhantes de apropriação e de uso do tempo e do espaço em função da renda dos indivíduos. Essa situação exacerba o mal-estar nas cidades atuais na medida em que crescem os processos de marginalização sócio-econômica, que tende a ampliar o contingente daqueles que tem imputado as possibilidades de garantias mínimas para a manutenção de uma condição digna de vida.

O medo gerado pela incerteza está celebrado na dúvida sobre o porvir. A incerteza sobre o trabalho, a respeito da garantia de uma situação de conforto e das condições necessárias para a reprodução social da vida individual, familiar, e até de toda uma comunidade, talvez seja a mais sinistra das fontes geradoras do medo. A angústia subjacente ao medo é parceira inseparável da incerteza. É uma situação de medo recôndito, em que a erupção está a acontecer; como um vulcão numa região de contato entre placas tectônicas prestes a entrar em atividade. A erupção vai acontecer em algum momento, dependendo apenas de um “capricho” da natureza. E a vida, sendo a todo instante assediada e flertada pela incerteza produz, sem dúvida, mal-estar.

Há autores (Santos, 2003; Birman, 2005; Codina, 2005) que, seguindo o pensamento freudiano, realizam a associação do medo contemporâneo à presença de um mal-estar derivado de renúncias instintivas. Ao trilhar por esse caminho em 1930, em o "O mal-estar na civilização", Sigmund Freud decretou que a civilização tinha na produção do mal-estar uma condição intrínseca e irrevogável que garantia o ordenamento da sociedade moderna. A construção da civilização ocorre sobre a renúncia dos instintos e impõe grandes sacrifícios à sexualidade e à agressividade inerente à espécie humana. E isso, faz com que a civilização tenha como prerrogativa irrevogável o sentimento de frustração inerente aos limites por ela impostos aos sujeitos individuais e coletivos. Ainda nessa linha Herbert Marcuse⁶ salientou que o próprio conceito de homem que emerge e é construído por esta civilização constitui a sua mais irrefutável acusação e, ao mesmo tempo, o seu mais inabalável componente de defesa.

⁶ MARCUSE, H. (1966): Eros e civilização: Uma Interpretação Filosófica do Pensamento de Freud. Rio de Janeiro: Zahar.

Em *O Mal-Estar Na Civilização*, Freud dirigiu a sua crítica sobre a incapacidade dos progressos científicos e tecnológicos terem se revertido em benefício para a humanidade no que diz respeito à conquista de uma maior felicidade.

A época em que Freud fez suas análises sobre a civilização apresenta diferenças significativas quando comparadas aos sofrimentos manifestos na atualidade. “Se a sociedade antiga era, em muitos aspectos, mais rígida, a atual é por vezes desnorteante na sua fragmentação e na aceleração do ritmo das mudanças; se aquela opunha ao avanço do indivíduo obstáculos sedimentados na tradição, a de hoje já não oferece valores nem rumos claramente identificáveis” chama-nos a atenção Santos (2003: 52). Enquanto a segurança de outrora estava amalgamada a uma ordem que residia na repressão de instintos, numa rigidez reguladora que em muito limitou a liberdade individual, o que se observa nos tempos atuais é supostamente uma maior flexibilidade no tocante às possibilidades da busca na direção da felicidade individual em vista de tantos desejos até então reprimidos. A busca da felicidade, posta nesses termos, significa que a atualidade indica que há aparentemente lastro para o exercício de uma maior liberdade individual. Mas a maior possibilidade da realização da satisfação pessoal encontra-se ancorada num plano virtual que suplanta as chances reais de sua realização e mais: não aniquila essa que é uma condição intrínseca do humano: o medo; e muito menos, a produção do mal-estar. As satisfações dos desejos oferecidos na atualidade estão alicerçadas – em grande parte – numa regulação monetarista que têm na lei da oferta e da procura a sua lógica estrutural. O mercado se põe como o agente principal da realização dos desejos, que os confunde à capacidade individual de consumir bens. Deste modo, a satisfação dos desejos não se realiza sem que se produzam sofrimentos, seja o auto-sofrimento dos que buscam o prazer e que por alguma razão não o realizam e frustram-se; seja o sofrimento projetado nos indivíduos que não possuem os meios (principalmente econômicos) de satisfazer seus desejos. Isso vem ocorrendo porque a excessiva busca pela segurança moderna que exigia a renúncia dos instintos foi sendo substituída por uma excessiva busca por liberdade num contexto em que a segurança (individual) se fragilizou.

Essa segurança (individual e coletiva) diminuta que se instalou, proporcionada em grande parte pelos processos de desregulamentação e flexibilização das

políticas sócio-econômicas de cunho neoliberalizante, tem sido a causa de muitos dos medos e, por conseguinte, dos mal-estares atuais.

Das diversas manifestações do mal-estar contemporâneo as diversas modalidades de violência são apenas uma das que compõem o seu amplo rol. Os altos índices de vítimas de depressão, o avanço da síndrome de pânico, a morbidade crescente das doenças cardiovasculares, a bulimia e a anorexia que vitima muitos jovens, em especial do sexo feminino e o avanço dos toxicômanos são apenas algumas das formas do mal-estar se apresentar (Birmam, 2005). Em grande medida os sofrimentos nas subjetividades que produzem mal-estar são produzidos por desejos reprimidos e não satisfeitos, na medida em que a busca pela satisfação dos desejos consubstancia-se muito mais aos desejos fabricados pela lógica do mercado, isto é, pelo consumo não satisfeito ou simplesmente pela não satisfação quanto aos resultados do produto consumido. Essa busca produz uma relação onde os padrões de consumo e de comportamentos e novas identidades se retro-alimentam.

As necessidades de estímulo do consumo incessante pela produção social dos desejos enveredam para a confirmação de que a tal liberdade individual, umbilicalmente associada ao prazer, têm produzido reações em que felicidade e consumo se mesclam e se confundem a ponto de o abandono da segurança coletiva pela aventura incerta e recalcitrante deste prazer ter ganhado a prioridade nos rumos de muitas vidas. É o medo condicionado ao materialismo vulgar que tem dominado as relações subjetivas e intersubjetivas ancoradas no consumismo.

1.4. A economia política do medo: a construção da cultura do amedrontamento

O sentimento de medo pode estar associado a um estado psíquico cuja manifestação é freqüentemente passageira. Contudo, podemos considerar, ainda, uma outra manifestação do medo em que esta emoção se apresenta de modo difuso. Esse modo difuso de manifestação do medo é a forma em que ele tende a permanecer de modo mais duradouro. Neste segundo caso, o medo – no singular e no plural – tende a se descolar dos eventos que originariamente o produziu.

O medo adquire um sentido difuso na medida em que os fatores que passam a ser considerados pela coletividade (ou pela maior parte dos seus membros) como

a maior causa do perigo e das potencialidades de ser acometido não corresponderem efetivamente ao cerne dos maiores riscos sociais, econômicos e ambientais. Isto é; o que muitas vezes é posto e tornado público como fenômenos que amplia a suscetibilidade de *vitimização* a determinados riscos não corresponder na essência à realidade. E muitas informações são transmitidas e distorcidas (propositalmente em muitos casos) onde há, na atualidade, uma convergência para eventos de ordens diversas (políticos, econômicos, sociais, culturais e ecológicos) que se põe na dianteira dos riscos produzidos, amplificando a sensação de medo e de mal-estar, mesmo diante de dados, informações e estudos mais pormenorizados que não só divergem, mas confirmam que determinados discursos que caminham nessas direções são equivocados.

O sentimento de medo pode ter duas motivações objetivas vinculadas à insegurança: a *insegurança real* e a *insegurança sentida* (Delumeau, 2006: 50). A insegurança sentida à qual Delumeau se refere está associada ao medo difuso, onde as demandas por segurança tendem a ser desproporcionais às situações que as provocam. Mesmo no caso de diminuição dos riscos e dos perigos que provocam a insegurança real, a manutenção ou intensificação da insegurança sentida quanto aos riscos e perigos reais declinantes – ou até mesmo inexistentes – quando insistem em povoar as individualidades e o imaginário coletivo significa que o medo em questão se manifesta de maneira difusa. O medo difuso se articula ainda com sentimentos de insegurança onde os eventos que tendem a serem responsabilizados como causadores dos medos individuais e coletivos não serem os efetivos responsáveis. O medo difuso que provoca a insegurança sentida, mas não real, confunde e desorienta, dificultando a construção de estratégias e de ações eficazes de combate às verdadeiras causas dos medos.

Os principais medos que afligem a humanidade atualmente são provocados pela própria humanidade. Nos tempos atuais, as principais causas dos riscos e dos perigos para a humanidade têm como origem a própria humanidade. Isto é, os verdadeiros riscos e perigos que produzem os principais medos e mal-estares individuais e coletivos são resultantes do legado político, econômico, social e cultural das sociedades contemporâneas e de sua *tecnociência*. O desenvolvimento técnico, incremento da razão científica, deslocou a origem dos riscos e dos perigos que nos rondam e que tantos medos nos causam. A letalidade das armas, cuja capacidade destrutiva foi ampliada em termos de abrangência geográfica, da capacidade de

destruição massiva, assim como as intervenções predatórias na natureza, que visam sustentar a sociedade de consumo, sinaliza uma opção suicida para o planeta em termos de preservação do futuro de várias espécies, incluindo a espécie humana. Aquele medo que se imaginou ter sido abolido pela razão científica – o medo dos fenômenos naturais, por exemplo – retornam como uma virulência impressionante, resultantes do legado de um modelo de desenvolvimento e de progresso econômico a qualquer custo, que em termos de *sustentabilidade* ecológica é inviável e anacrônico.

A cultura do amedrontamento está vinculada ao medo difuso, à modalidade de medos propositalmente construídos com a finalidade de confundir, isto é, com o intuito inequívoco de desviar a atenção das causas concretas que geram os principais e verdadeiros medos e mal-estares. O propósito da construção da cultura do amedrontamento é o de fazer as pessoas sentirem medo, amplificando-o, e capitaliza-lo para atender a interesses de indivíduos ou grupos, seja com fins políticos ou econômicos.

A cultura do amedrontamento não é, como se sabe um dado exclusivo das sociedades contemporâneas. Mas certamente, a sua velocidade de difusão e o seu alcance geográfico são inéditos. Vivemos numa cultura do amedrontamento que abarca diversas escalas, mas, sem dúvida, a grande novidade é o seu alcance planetário quase que ubíquo.

5. A contra-ordem sócio-espacial concreta como estratégia de combate ao medo e ao mal-estar

Uma análise comparativa com tempos passados nos permite chegar à seguinte conclusão: mesmo com problemas de diversas ordens (políticos, econômicos, sociais, ambientais e espaciais) vivemos num mundo, em muitos aspectos, mais seguro. Os diversos riscos e perigos ecológicos e as iniquidades sociais dos dias atuais, por exemplo, não seriam capazes de fazer a grande maioria dos seres humanos, no plano imaginativo, retrocederem na história ou de resgatar a originalidade da vida a séculos atrás. Alguns dados confirmam esta afirmação: a redução dos óbitos por doenças, muitas das quais erradicadas; o aumento da expectativa de vida e a redução da mortalidade infantil mesmo nas regiões mais pobres do planeta são apenas alguns exemplos. Essas e outras tantas conquistas não podem ser desconsideradas, pelo contrário, devem ser ampliadas para o maior

número possível de pessoas. Mas, certamente é preciso e possível a construção de um mundo capaz de oferecer mais segurança, menos medo e menos mal-estar para a humanidade. A tese aqui desenvolvida é a de que a construção desse mundo passa pela necessidade de trazer para o debate categorias e conceitos vitais para um projeto de mundo menos injusto e desigual e que seja compatível com a diversidade cultural. Uma meta-narrativa que contemple a diversidade cultural da humanidade. Esse projeto consubstancia-se ao resgate e à reformulação do significado do espaço público, da cidadania e da democracia nas teorias, projetos e práticas sociais dominantes. Os projetos articulados a essas prerrogativas se aliam à construção de movimentos sociais contra-ordenadores, que denominamos como movimentos de contra-ordem sócio-espacial. Entretanto, a consciência crítica no tocante aos projetos dessa envergadura indica a necessidade de se entender como o espaço público, a cidadania e a democracia estão tão fragilizados por saberes e fazeres, teorias e práticas sociais que os deturpam ou os reconstróem conceitualmente como fonte de apego às novas formas organizativas do capitalismo no sentido de garantir a sua reprodução sistêmica.

Esse é o percurso analítico que pode apresentar as condições de fomentar teorias e práticas sócio-espaciais capazes de criar as condições para um mundo mais justo e menos desigual e no qual a intolerância seja monitorada de modo a não promover estruturalmente ressentimentos e nem revanchismos. Uma utopia dessa ordem está articulada ao combate dos medos difusos inerentes à cultura do amedrontamento que contribuem para fragilizar o espaço público, a cidadania e a democracia. A fragilização do espaço público, da cidadania e da democracia é reforçada por três ações dominantes em curso: as de cunho repressivo, penal e letal; as que visam o alargamento do espaço privado em detrimento do espaço público e; as que intentam a manutenção e o reforço da subalternidade sócio-econômica. Essas três ações – que são inerentes ao reordenamento sócio-espacial do capitalismo atual – articuladas com a fragilização do espaço público, da cidadania e da democracia, representam as verdadeiras causas dos principais riscos e perigos que produzem tanto mal-estar e tanto medo nas individualidades e nas coletividades na atualidade. O desvendamento das ações dominantes que vem sendo adotadas para supostamente combater o medo e o mal-estar nas cidades é fundamental para que a utopia mencionada possa de modo eficiente e eficaz se materializar como movimentos de contra-ordem espacial, representados pelos legítimos movimentos

sociais, que se baseiam na tríade proposta por Alain Touraine: identidade, inimigo e meta societal.

A identidade do movimento é o registro de si mesmo no tocante à busca de afirmação de sua diferença diante da ordem social, econômica, política, cultural e espacial que sufoca e que tolhe as chances de efetivação plena da realização da organização do grupo de acordo com as prerrogativas que garantem o *protagonismo* coletivo. Para Touraine a identidade é a autodefinição do movimento, sobre o que ele é e em nome de quem ele se pronuncia.

Definida a identidade do movimento é crucial a definição do adversário (“inimigo”) no sentido da construção coletiva das causas que geram os mal-estares ao grupo social. A apuração dessas causas remete à existência de um adversário definido e, por conseguinte, à ordem sócio-espacial que ele representa. Assim, o movimento social tem conscientemente o entendimento de quem é (são) seu(s) adversário(s).

O adversário refere-se ao principal inimigo do movimento, conforme expressamente declarado pelo próprio movimento. O que Touraine define como visão ou modelo social do movimento, e que Castells chama de *meta societal*, seria o momento em que o movimento abandona o objetivo exclusivamente reivindicatório com base em um cunho apenas materialista. Restrito às reivindicações materiais o movimento não teria uma *meta societal* e não seria, no rigor do conceito proposto, um movimento social. Isto porque assim procedendo, o movimento tenderia a abandonar a luta política essencial, a saber: a luta contra a ordem hegemônica engendrada e patrocinada pelo seu adversário que lhe sufoca, tolhe e que gera tanto mal-estar ao seio do grupo ou, ainda, da maioria dos indivíduos de uma dada sociedade. A reivindicação ancorada por si só em demandas materiais, onde parte ou supondo que todas essas reivindicações são previamente atendidas, tende a indicar que o movimento seria compelido pela ordem sócio-espacial hegemônica. Ele não a questiona na essência quando, na verdade, o que se quer é dela fazer parte, ou pelo menos consumir alguns dos bens (materiais e imateriais) que ela produz e que freqüentemente são acessíveis apenas em função da capacidade de consumo individual.

A *meta societal*, permanentemente prenhe ao movimento social, ultrapassa a concepção restrita à materialidade (e imaterialidade) do acesso a produtos vinculados à lógica do mercado. Ela – a *meta societal* – é uma condição intrínseca

aos verdadeiros movimentos sociais, aqueles que buscam uma contra ordem sócio-espacial concreta, isto é, não abstrata, superficial.

Referências Bibliográficas:

ARENDDT, H. (1994): Sobre a violência. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

BALANDIER, G. (1997): A desordem: elogio do movimento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

BAUMAN, Z. (1998): O mal-estar da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

BECK, U. (2006): Incertezas fabricadas. In: Sociedade do risco: o medo na contemporaneidade. São Leopoldo: Unisinos. www.unisinos.com.br/ihu. maio.

BIRMAN, J. (2005): Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

BRU, O. & VICENTE, O. (2005): ¿Que produce miedo em la ciudad? In: La ciudad y el miedo. VII Coloquio de Geografía Urbana. Barcelona: Universitat de Girona, Publicaciones. Pp. 15-28.

CASTELLS, M. (1999): O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra.

CASTORIADIS, C. (1992): Via sem saída? In: O mundo fragmentado – As encruzilhadas do Labirinto 3. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

CHAUÍ, M. (1987): Sobre o medo. In: CARDOSO, S. (Org.). Os sentidos da paixão. São Paulo: Companhia das Letras.

CODINA, G. D. (2005): Ilusão e mal-estar: um retrato de nós mesmos. Revista Mack. Arte, 11/08.

COSTA, J. F. (1998): Sem fraude nem favor: estudos sobre o amor romântico. Rio de Janeiro: Rocco.

DAVIS, M. (2001): Ecologia do medo: Los Angeles e a fabricação de um desastre. Rio de Janeiro: Record.

DELUMEAU, J. (2007): Medos de ontem e de hoje. In: NOVAES, A. (Org.): Ensaios sobre o medo. São Paulo: Editora Senac São Paulo: Edições Sesc SP.

- _____. (1989): História do medo no ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia das Letras.
- DUBY, G. (1999): Ano 1000, ano 2000: na pista dos nossos medos. São Paulo: Unesp.
- ELIAS, N. (1993): O processo civilizador. Volume II: formação do Estado e civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- FOUCAULT, M. (1977): Vigiar e punir. Petrópolis: Vozes.
- FREUD, S. (1978): O mal-estar na civilização: o futuro de uma ilusão. São Paulo: Abril Cultural (Coleção Os Pensadores, Freud).
- GLASSNER, B. (2003): Cultura do medo: por que tememos cada vez mais o que devíamos temer cada vez menos. São Paulo: Francis.
- KEHL, M. R. (2007): Elogio do medo. In: NOVAES, A. (Org.): Ensaio sobre o medo. São Paulo: Editora Senac São Paulo: Edições Sesc SP.
- LEFÈBVRE, H. (1991): A vida cotidiana no mundo moderno. São Paulo: Ática.
- LIMONAD, E. (2006): "Paris em Chamas": arquitetura ou revolução? Barcelona: Revista Bibliográfica de Geografia e Ciências Sociais. Vol. XI, nº 644, 10 de abril.
- LIMONGI, M. I. (2007): A racionalização do medo na política. In: NOVAES, A. (Org.): Ensaio sobre o medo. São Paulo: Editora Senac São Paulo: Edições Sesc SP.
- MARCUSE, H. (1966): Eros e civilização: Uma Interpretação Filosófica do Pensamento de Freud. Rio de Janeiro: Zahar.
- MARTINS, J. de S. (2002): A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes.
- MOREIRA, R. (2002): O espaço e o contra-espaço; sociedade civil e Estado, privado e público na ordem espacial burguesa. Território Territórios/Programa de Pós-Graduação em Geografia-PPGEO-UFF/AGB. Niterói.

- OLIVEIRA, F. (2001): Intelectuais, conhecimento e espaço público. In: Revista Brasileira de Educação, set-dez, número 18. São Paulo. pp. 125-132.
- RAFFESTIN, C. (1993): Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática.
- RUSCHE, G. & KIRCHHEIMER, O. (2004): Punição e estrutura social. Rio de Janeiro: Revan.
- SANTOS, L. O. dos. (2003): O medo contemporâneo: abordando suas diferentes dimensões. Psicol. cienc. prof., jun. 2003, vol.23, no.2, p.48-49.
- SANTOS, M. (2000): Por uma outra globalização. Do discurso único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record.
- SILVA, A. B. (2006): Mentis com medo da compreensão a superação. São Paulo: Integrare.
- SOARES, M. R. (2001): Ordens, desordens e contra-ordens territoriais em Queimados-RJ. Niterói: UFF. Dissertação de Mestrado.
- SOJA, E. (1993): Geografias pós-modernas. Rio de Janeiro: Zahar.
- SUTER, M. (2002): Fóbus: uma potência divina. In: Leituras Compartilhadas. Fascículo 6. Outubro.
- TOURAINÉ, A. (1998): Poderemos viver juntos?: iguais e diferentes. Petrópolis: Vozes.
- WOLFF, F. (2007): Devemos temer a morte. In: NOVAES, A. (Org.): Ensaio sobre o medo. São Paulo: Editora Senac São Paulo: Edições Sesc SP.